



Na AL, a CPI do Dpvat promove reuniões nas terças-feiras. Foto: Divulgação

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), importantes instrumentos institucionais dos poderes legislativos, com a prerrogativa de investigar e fiscalizar a gestão do bem público tem funcionado tanto na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CPI do DPVAT) como na Câmara Municipal de Fortaleza (CPI da Coelce) a passos lentos.

Em ambas as casas, as reuniões sofrem atrasos, o que pode prejudicar o período de funcionamento, que é de até 120 dias. Na Assembleia Legislativa, por exemplo, se aguarda o fim da CPI do DPVAT e a instalação de uma segunda, que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes, para dar seguimento a outras CPIs que aguardam na “[fila de espera](#)” como a CPI do Acuario. Na CMFor, após um mês de instalação da CPI da Coelce, nesta semana se iniciará os trabalhos para ouvir órgãos de proteção ao consumidor.

CPI do DPVAT

A CPI do DPVAT foi instalada no dia 9 de agosto, contudo, teve a sua primeira reunião no dia 25 de setembro. A comissão tem como objetivo investigar como funciona o esquema de fraudes do seguro no Estado. A CPI do DPVAT, na AL, que tem tido suas reuniões mais céleres do que a CPI da Coelce, da CMFor, já constatou que, no município de Itapipoca, por exemplo, em apenas três meses deste ano, fraudes no DPVAT devem ter gerado um prejuízo de R\$ 1,5 milhão.

Na última quarta-feira (28), a CPI ouviu o diretor jurídico da Seguradora Líder, Marcelo Davoli Lopes, e deparou-se com dados que dão conta de que, nos últimos 10 anos, entre 2005 a 2015, o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres pagou cerca de 81 mil indenizações no Ceará.

Indenizações

A Comissão ouviu de Davoli que, do total arrecadado no pagamento do DPVAT pelos proprietários de veículos, 50% vão para o pagamento das indenizações. Em 2014, foram pagos R\$ 3,8 bilhões em indenizações, o que representa 43% do valor arrecadado pela seguradora no ano. Conforme o diretor jurídico da seguradora, hoje, esse fundo tem cerca de R\$ 4 bilhões, e a fiscalização é feita pela própria receita.

O esquema de fraudes envolve médicos peritos, funcionários do hospital de Itapipoca e da empresa terceirizada pela Seguradora Líder, responsável pelo DPVAT. Além de Itapipoca, a quadrilha atua em municípios como Umirim, Trairi, Pentecoste, Tururu e Amontada.

Coelce

Já a CPI da Coelce, instalada há um pouco mais de um mês na Câmara Municipal de Fortaleza, dará início, nesta semana, a reuniões importantes com o a Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e autoridades da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil/Secção Ceará, para “averiguar” os principais motivos que levam milhares de reclamações

contra a instituição. O objetivo da CPI é investigar denúncias de má prestação de serviço aos fortalezenses por parte da Companhia Energética do Ceará.

De acordo com o vereador Deodato Ramalho (PT), presidente da CPI, nesta terça haverá uma reunião para ouvir o doutor Hércules Amaral, que faz parte da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB, além de que também será marcada uma reunião com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado.

No prazo

Deodato ressalta que a Coelce “[é a terceira maior empresa em número de reclamações ao Procon](#)”; por outro lado, tem o nível considerado satisfatório de cumprimento de resolução das reclamações. “[Demora no atendimento para ligar a rede de energia e a demora no atendimento de ligação de energia são as principais reclamações contra a empresa](#)”, destaca.

No último dia 6 de outubro, a CPI fez sua primeira reunião em que delimitou os passos que serão dados no que se refere à documentação requisitada para Coelce, além dos nomes que serão ouvidos no decorrer do trabalho. De acordo com Deodato, os trabalhos “[serão realizados no prazo estabelecido pelo Regimento Interno](#)”.

Fila

Na Assembleia Legislativa, seguem na fila de espera outras CPIs, como duas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, outra sobre narcotráfico e a CPI do Acquario. As CPIs sobre exploração sexual e a do narcotráfico são vistas pela oposição, como estratégia da base governista para lotar a pauta e evitar a instalação da CPI do Acquario, que foi protocolada pelo deputado Audic Mota (PMDB) em maio deste ano.

“[A CPI do Acquario é a quarta. A Casa permite que funcionem duas CPIs por vez. Mas se instalou apenas a primeira. Em junho, falou-se que se instalaria a segunda em agosto, mas só que a CPI do DPVAT teve seus trabalhos iniciados em setembro](#)”, reclamou o peemedebista, dando conta de que haverá uma reunião de líderes nesta terça-feira (3), para discutir os atrasos no andamento das CPIs e que deverá ser cobrado um calendário efetivo para acelerar a instalação delas.

E ainda

As comissões são consideradas instrumentos de democracia e fiscalização, sobretudo, para a oposição, que, via de regra, tem a minoria nos parlamentos. O grupo é visto desta forma uma vez que precisa de um número menor de adesões para ter sua abertura solicitada. Governistas, no entanto, fazem valer a maioria ocupando espaços de destaque na composição dos grupos. A estratégia é enfraquecer as investigações que causem estragos à imagem dos Executivos.

Com informações do OE

[0 comentários](#)

Curtir 0

Tweet 0

[0 comentários](#)

[Topo](#) | [Home](#)